



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS  
Avenida Anchieta, nº 200 - Bairro Centro - CEP 13015-904 - Campinas - SP - www.campinas.sp.gov.br  
Paço Municipal

PMC/PMC-SMGC-GAB/PMC-SMGC-CMJRAI

## RELATÓRIO

Campinas, 21 de agosto de 2025.

### COMISSÃO MISTA DE JULGAMENTO DE RECURSOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO - CMJRAI

#### Protocolo e-SIC 590/2025

Solicitação de Acesso à Informação

Prezados membros da **CMJRAI**,

Vieram os autos com recurso interposto por **SOLICITANTE** (ora **RECORRENTE**) acerca do seu pedido de informação veiculado no protocolo e-SIC epigrafado.

Com base no **art. 10 do Decreto Municipal nº 22.170/2022**, que regulamenta os pedidos de Acesso à Informação no âmbito da Administração Pública Municipal, nos termos da Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), que, por sua vez, regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal, a **RECORRENTE** **solicitou inicialmente:**

DADOS DA SOLICITAÇÃO			
Número Protocolo 590/2025	Tipo Solicitação Inicial	Situação Solicitação Respondida	Forma Retorno E-mail
Data da Solicitação 25/07/2025	Previsão Retorno	Solicitação Recebida em 29/07/2025 por Melissa Carvalho Clever Nascimento	Prorrogação Não Prorrogado
<b>Solicitação</b>  Pela lei de acesso à informação solicito o que segue: Sobre a resposta à solicitação da LAI 490/2025, exponho e solicito: Exponho: No documento CAEX do IC 7996/2023-ver no anexo à página 15- consta que os estudos específicos não foram juntados aos autos e não estão disponíveis nos sites da Câmara ou Prefeitura Municipal. Sendo assim,solicito novamente os estudos específicos , já solicitados anteriormente na LAI 490/2025 Trecho do documento do CAEX, pág 15 do anexo: O art. 18 do Plano Diretor estabelecia condições para uma possível expansão do perímetro urbano, incluindo a elaboração de estudos específicos para a ampliação do perímetro urbano sobre a macrozona de desenvolvimento ordenado e para a instalação de atividades econômicas nas áreas especificadas, que não foram juntados aos autos e não estão disponíveis nos sites da Câmara ou Prefeitura Municipal.			

A **RECORRENTE** anexou Parecer Técnico da lavra do CAEx - Centro de Apoio à Execução do Ministério Público do Estado de São Paulo, do qual se extrai alguns trechos de interesse:

## 2.2 Definição do perímetro urbano e das zonas de expansão urbana pelo Plano Diretor e pela Lei Municipal nº 207/2018

O Plano Diretor de Campinas é definido na Lei Municipal nº 189/2018. Em seu art. 5º é descrita a Macrozona de Desenvolvimento Ordenado (grifos nossos):

III - Macrozona de Desenvolvimento Ordenado: abrange região situada integralmente na zona rural, destinada ao desenvolvimento de usos rurais e urbanos compatíveis com os termos da legislação específica;  
§ 1º Na Macrozona de Desenvolvimento Ordenado poderá haver a expansão do perímetro urbano nas áreas passíveis de urbanização, mediante estudos técnicos que indiquem tal possibilidade e lei complementar específica, observado o disposto no art. 42-B do Estatuto da Cidade.

(...)

O art. 18 do Plano Diretor estabelecia condições para uma possível expansão do perímetro urbano, incluindo a elaboração de estudos específicos para a ampliação do perímetro urbano sobre a macrozona de desenvolvimento ordenado e para a instalação de atividades econômicas nas áreas especificadas, que não foram juntados aos autos e não estão disponíveis nos *sites* da Câmara ou Prefeitura Municipal.

Ademais, o §2º do art. 18 previa ampla publicidade aos estudos e projetos específicos para a ampliação do perímetro urbano, o que também não foi verificado nos documentos analisados.

(...)

Identifica-se que o conteúdo da Lei Municipal nº 207/2018 corresponde ao escopo definido no §1º do art. 18 do Plano Diretor e no art. 42-B do Estatuto da Cidade. Contudo, não se identificou os estudos específicos ou diagnósticos que subsidiaram a edição desta Lei Municipal. Contrariamente, o Caderno de Subsídios (SEPLAN, 2017) apresentou dados contrários à expansão urbana, como já analisado neste parecer técnico.

Ademais, considerando a exigência de ampla publicidade e participação popular na análise destes estudos e que esta deve acontecer antes da aprovação da lei de expansão urbana, considera-se que não foram cumpridos os requisitos previstos nos arts. 18 do Plano Diretor e 42-B do Estatuto da Cidade.

A Secretaria Municipal de Urbanismo (SEMURB) ofereceu a seguinte resposta:

A requerente apresentou recurso, com base na Lei de Acesso à Informação, solicitando os estudos específicos e/ou diagnósticos que subsidiaram a Lei Complementar N.º 207/2018.

Em atendimento ao solicitado, reiteramos o informado anteriormente, acerca da documentação que a SEMURB possui através do Portal de Audiências Públicas da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano - SMPDU <https://campinas.sp.gov.br/secretaria/planejamento-e-desenvolvimento-urbano/pagina/audiencia-publica> - 15238208. Ainda informamos que as informações da Audiência Pública encontram-se disponíveis no link indicado, inclusive com a gravação da Audiência Pública.

Por fim, informamos que o Protocolo 2018/10/30933, por onde tramitou a proposta de Lei no Poder Executivo, encontra-se arquivado na CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS. Toda a documentação que subsidiou a análise do Projeto de Lei pelo Poder Legislativo encontra-se encartado no referido protocolo. Deste modo, caso a interessada entenda como pertinente, poderá solicitar **CERTIDÃO DE INTEIRO OU PARCIAL TEOR do protocolo junto à Câmara de Vereadores**, para obtenção do documento solicitado, tendo em vista que os mesmos não se encontram sob a guarda do Poder Executivo Municipal.

Insatisfeito, a **RECORRENTE** apresentou recurso em 1ª instância nos seguintes termos:

DADOS DA SOLICITAÇÃO			
Número Protocolo 590/2025	Tipo Solicitação Recurso Primeira Instância [Visualizar Processo Origem]	Situação Solicitação Respondida	Forma Retorno E-mail
Data da Solicitação 10/08/2025	Previsão Retorno	Solicitação Recebida em 12/08/2025 por Melissa Carvalho Clever Nascimento	Prorrogação Não Prorrogado
<b>Solicitação</b> Solicito recurso visto que não recebi os estudos solicitados, os quais segundo documento CAEX do IC 7996/2023- página 15 não estão disponíveis nos sites da Câmara ou Prefeitura Municipal. Segue novamente o trecho citado pelo CAEX: O art. 18 do Plano Diretor estabelecia condições para uma possível expansão do perímetro urbano, incluindo a elaboração de estudos específicos para a ampliação do perímetro urbano sobre a macrozona de desenvolvimento ordenado e para a instalação de atividades econômicas nas áreas especificadas, que não foram juntados aos autos e não estão disponíveis nos sites da Câmara ou Prefeitura Municipal. Solicito os estudos específicos para a ampliação do perímetro urbano sobre a macrozona de desenvolvimento ordenado e para a instalação de atividades econômicas nas áreas especificadas.			

O recurso, encaminhado à **SEMURB**, obteve a decisão a seguir transcrita:

Em atendimento ao solicitado, reiteramos o informado anteriormente, acerca da documentação que a SEMURB possui através do Portal de Audiências Públicas da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano - SMPDU <https://campinas.sp.gov.br/secretaria/planejamento-e-desenvolvimento-urbano/pagina/audiencia-publica> - 15238208. Ainda informamos que as informações da Audiência Pública encontram-se disponíveis no link indicado, inclusive com a gravação da Audiência Pública.

Por fim, informamos que o Protocolo 2018/10/30933, por onde tramitou a proposta de Lei no Poder Executivo, encontra-se arquivado na CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS. Toda a documentação que subsidiou a análise do Projeto de Lei pelo Poder Legislativo encontra-se encartado no referido protocolo. Deste modo, caso a interessada entenda como pertinente, poderá solicitar **CERTIDÃO DE INTEIRO OU PARCIAL TEOR do protocolo junto à Câmara de Vereadores**, para obtenção do documento solicitado, tendo em vista que os mesmos não se encontram sob a guarda do Poder Executivo Municipal.

Ante o exposto, **INDEFIRO** o presente recurso.

A **RECORRENTE** ingressa em 2ª e última instância nas seguintes linhas:



DADOS DA SOLICITAÇÃO			
Número Protocolo <b>590/2025</b>	Tipo Solicitação Recurso Segunda Instância [Visualizar Processo Origem]	Situação Aberto	Forma Retorno E-mail
Data da Solicitação 16/08/2025	Previsão Retorno	Solicitação Recebida em 18/08/2025 por Melissa Carvalho Clever Nascimento	Prorrogação Não Prorrogado
<b>Solicitação</b> Solicito recurso visto que não recebi os estudos solicitados, os quais segundo documento CAEX do IC 7996/2023- página 15 não estão disponíveis nos sites da Câmara ou Prefeitura Municipal. Segue novamente o trecho citado pelo CAEX: O art. 18 do Plano Diretor estabelecia condições para uma possível expansão do perímetro urbano, incluindo a elaboração de estudos específicos para a ampliação do perímetro urbano sobre a macrozona de desenvolvimento ordenado e para a instalação de atividades econômicas nas áreas especificadas, que não foram juntados aos autos e não estão disponíveis nos sites da Câmara ou Prefeitura Municipal. Solicito os estudos específicos para a ampliação do perímetro urbano sobre a macrozona de desenvolvimento ordenado e para a instalação de atividades econômicas nas áreas especificadas.			


É o Relatório do necessário.

**Compete a esta CMJRAI**, composta pelos membros nomeados pela **Portaria 104.848/2025**, **julgar os recursos interpostos, em última instância**, no âmbito da Administração Pública Municipal, nos termos do art. 31, *caput*, do Decreto nº 22.170/2022.

O presente **RECURSO NÃO COMPORTA ACOLHIMENTO**.

Isso porque a **SEMURB** já declarou por duas vezes, em resposta a essa mesma solicitação e-SIC 590/2025, que a “**informação que a SEMURB possui...**” está disponibilizada no Portal de Audiências Públicas, link <https://campinas.sp.gov.br/secretaria/planejamento-e-desenvolvimento-urbano/pagina/audiencia-publica>. que contém o **EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PODER EXECUTIVO PARA APRESENTAÇÃO E CONSULTA SOBRE PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR QUE ALTERA LEI COMPLEMENTAR Nº 207, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2018** e os seguintes dados:

**Publicação**  
Edital publicado no Diário Oficial de 20/12/2022.  
Mapa de Restrições à Urbanização  
**GRAVAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA EM 14 DE FEVEREIRO DE 2023**  
**LISTA DE PRESENÇA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA EM 14 DE FEVEREIRO DE 2023**  
**APRESENTAÇÃO DA MINUTA DO PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE A DEMARCAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO PERÍMETRO URBANO DE CAMPINAS (21/05/2018)**  
**GRAVAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA (21/05/2018)**  
**MATÉRIA NO PORTAL DA PREFEITURA (23/05/2018)**



Para além desse material, a **SEMURB** indicou que o acesso à íntegra do **processo 2018/10/30933**, com toda a documentação que subsidiou a análise do Projeto de Lei pelo Poder Legislativo pode ser obtida através de solicitação de Certidão de Inteiro ou Parcial Teor dirigida à Câmara Municipal de Campinas, onde está arquivado o processo, denotando que a

documentação solicitada não se encontra “sob a guarda do Poder Executivo Municipal”.

Cabe aqui elucidar a **diferença entre Negativa de acesso e Informação Inexistente**, com a transcrição de trecho **do Manual da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) – Módulo 2 – Negativas de acesso à informação – Brasília 2017** (fls. 11/12), a conferir:

3. Informação inexistente

Ainda que o procedimento da LAI tenha sido desenhado essencialmente para dar acesso a uma informação, nem sempre a informação desejada pelo cidadão existe. Tanto é assim que a lei autoriza a instituição pública a “comunicar que não possui a informação”.



Figura 5: Informação inexistente  
Fonte: Elaboração Enap

Esses casos não são caracterizados como hipótese de negativa de acesso<sup>3</sup>, pois, para isso, a informação deve existir, mesmo que em outro órgão. Dessa forma, como regra geral, a existência do objeto é condição para conhecimento de um pedido de acesso à informação.

A Comissão Mista de Reavaliação de Informações publicou a Súmula CMRI nº 6, de 2015, transcrita abaixo:

3. Inciso III do §1º do art. 11 da LAI

Enap  
Enap  
Enap  
Enap  
Enap  
Enap  
Enap  
Enap

Súmula CMRI nº 6/2015

*"INEXISTÊNCIA DE INFORMAÇÃO - A declaração de inexistência de informação objeto de solicitação constitui resposta de natureza satisfativa; caso a instância recursal verifique a existência da informação ou a possibilidade de sua recuperação ou reconstituição, deverá solicitar a recuperação e a consolidação da informação ou reconstituição dos autos objeto de solicitação, sem prejuízo de eventuais medidas de apuração de responsabilidade no âmbito do órgão ou da entidade em que tenha se verificado sua eliminação irregular ou seu descaminho."*

Dessarte, **inexistente a informação no Poder Executivo**, a resposta dada pela SEMURB tem **natureza satisfativa**.

Nesse norte, **VOTO PELO INDEFERIMENTO DO RECURSO**.

**Esse o voto**, que submeto aos demais membros da Comissão Mista de Julgamento de Recursos de Acesso à Informação para votação, observado o art. 17 do Regimento Interno da **CMJRAI** (Resolução nº 01, de 17 de novembro de 2022).<sup>[1]</sup>

FERNANDA DO AMARAL ZAITUNE



(“Art. 17. Dentro do prazo, os membros titulares deverão analisar o voto da Relatoria, votar e, em caso de discordância com o voto do relator, fundamentar seu voto contrário e encaminhar ao presidente da comissão.”



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA DO AMARAL ZAITUNE - OAB 134.974**, **Relator(a) da CMJRAI**, em 21/08/2025, às 09:59, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.campinas.sp.gov.br/verifica> informando o código verificador **15882962** e o código CRC **5E0C3C4A**.